

FARIAS JR., JOSÉ PETRÚCIO. *HISTÓRIA ANTIGA: TRAJETÓRIAS, ABORDAGENS E METODOLOGIAS DE ENSINO. UBERLÂNDIA: NAVEGANDO PUBLICAÇÕES, 2020. 178p. ISBN: 9786581417123*

José Knust¹

A publicação da primeira versão do componente História da Base Nacional Comum Curricular no final de 2015 teve um enorme impacto entre os pesquisadores e pesquisadoras brasileiros dedicados à História Antiga. Como essa primeira proposta praticamente excluía os temas dessa área do currículo comum proposto para o ensino de História da Educação Básica, estes especialistas se mobilizaram para defender a relevância de tais temas para a educação básica e assim fundamentar reivindicações de mudanças na Base. Uma rica discussão sobre a relevância da História Antiga para a educação básica brasileira emergiu de uma série de publicações e eventos acadêmicos entre 2016 e 2019.

As discussões sobre ensino não eram uma completa novidade para a área de História Antiga (Funari, 2012), mas certamente o volume e a urgência dessas intervenções eram inéditos. O grosso dessa produção vinha de especialistas em temas diversos do mundo antigo que buscavam contribuir pontualmente com discussões prescritivas sobre como os temas de História Antiga poderiam ser interessantes para a realização dos objetivos pedagógicos do ensino de História na educação básica brasileira. Alguns pesquisadores, contudo, ou já dedicavam suas pesquisas ou passaram a dedicar pesquisas específicas ao estudo da relação entre História Antiga e o Ensino de História.

Tais pesquisas podem ser, esquematicamente, divididas entre: aquelas que buscaram descobrir as trajetórias da presença dos temas da História Antiga na educação brasileira, dialogando com os estudos sobre História do Ensino de História no Brasil (Barnabé, 2019a, 2019b); e aquelas que buscaram destrinchar propostas de abordagens e metodologias para o ensino de História Antiga na educação básica, dialogando com os estudos sobre didática da História e aprendizagem histórica (Moerbeck, 2018, 2021). O livro de José Petrúcio Farias Jr., como o próprio subtítulo revela, é

¹ Professor Doutor - Instituto Federal Fluminense, Macaé, Brasil. E-mail: zeknust@gmail.com

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 6, n. 1, 2021.1 p. 351-355.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13804

o resultado de pesquisas dos dois tipos, reunindo versões ampliadas e revisadas de artigos previamente publicados pelo autor.

O primeiro capítulo, “Trajetórias da História ensinada na educação básica”, não trata especificamente do ensino de História Antiga. Ele faz uma grande síntese sobre a história do ensino de História no Brasil, desde a “pedagogia brasílica” jesuíta do período colonial até as reformulações curriculares relacionadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Sendo uma síntese, o capítulo não traz questões e abordagens novas para o tema, mas serve bem como um primeiro capítulo introdutório à obra, ainda mais tendo em mente que boa parte de seu público leitor tende a ser de interessados em História Antiga que não conhecem em detalhes a trajetória sintetizada aqui.

O segundo capítulo, “A Antiguidade Clássica e o Brasil oitocentista”, é o mais longo e mais importante capítulo da obra. Ele traz resultados bastante interessantes de uma pesquisa sobre o ensino de História Antiga no Imperial Colégio Pedro II e seu impacto a partir das reformas educacionais implementadas pelo governo Imperial. O ponto central da análise de Farias Jr. diz respeito a como o ensino da “tradição clássica”, como parte de um “processo civilizador” e “ocidentalizante”, e da história do cristianismo, como parte de um ensino moralizante, estavam comprometidas com a “fundamentação de projetos de poder ou de ideologias político-culturais do Império brasileiro” (p.36). Em conjunto com as pesquisas de Luís Ernesto Barnabé sobre o mesmo tema, trata-se de um capítulo fundamental para dar conhecimento sobre como o ensino de História Antiga se conformou em nosso país no momento inicial da organização de nossos sistemas educacionais e como isso teve peso na trajetória do ensino de história antiga nos períodos posteriores.

Depois de dois capítulos dedicados à História do ensino de História, a obra altera seus rumos e passa a discutir questões referentes a problemas de abordagens e métodos de ensino de História Antiga. O leitor pode sentir falta de uma continuação no histórico das trajetórias do Ensino de História Antiga no Brasil. Realmente, depois de uma boa síntese geral que vai até o final do século XX e de uma excelente análise sobre o ensino de História Antiga no século XIX, é um tanto frustrante perceber que não há na obra um capítulo dedicado à trajetória do ensino de História Antiga no século XX. Contudo, a qualidade dos capítulos seguintes compensa essa ausência.

O terceiro capítulo, “A divisão quadripartite da História e o Ensino de História Antiga”, discute o impacto dessa cronologia tradicional sobre o ensino dos temas de História Antiga na educação básica. Trata-se de uma reflexão interessante sobre os problemas levantados pelo clássico artigo de *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v. 6, n. 1, 2021.1 p. 351-355.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13804

Guarinello sobre as “formas da História Antiga” (Guarinello, 2003) aplicado especificamente ao ensino. Farias Jr. identifica tanto os problemas internos ao campo que essa “forma” causa, como generalizações indevidas, assim como os problemas da inserção dessa história em uma linha de história universal, marcada pelo eurocentrismo. Ele propõe, na parte final do capítulo, uma abordagem em diálogo com a História Global para usar a questão da conectividade como chave para fugir dessas formas tradicionais.

O quarto capítulo, “História Antiga, tempo histórico e metodologias de ensino: proposições”, discute o papel dos temas de História Antiga para o ensino de noções temporais na educação básica. Trate-se de um diálogo bastante profícuo com os estudos mais gerais sobre o problema da localização temporal dos estudantes, trazendo propostas específicas de como o ensino de História Antiga pode ajudar a construir métodos de ensino que cumpram esse objetivo. Seu ponto central é que o tempo histórico deve ser tratado transversalmente no ensino de História. Os temas trabalhados ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem de história devem promover a capacidade dos estudantes de se localizarem temporalmente em suas diversas dimensões, e os temas de História Antiga podem contribuir especificamente para isso.

O quinto capítulo, “Fontes Históricas escritas no ensino de História Antiga: caminhos metodológicos”, propõe caminhos para superar o uso apenas ilustrativo de fontes históricas em sala de aula. Farias Jr. aponta que essas fontes antigas devem ser entendidas como “fragmentos de experiências humanas de ‘outros’ tempos” (p.125), o que as torna um instrumento para a realização de objetivos do saber histórico escolar (como o contato com a alteridade), que por sua vez são diferentes daqueles do saber histórico acadêmico. Ele propõe então uma metodologia de trabalho com os estudantes dividida em cinco etapas (sensibilização ou sondagem; apresentação de situação-problema; interação com as fontes; contextualização histórica; e registro e sistematização de interpretações) com o intuito de viabilizar essa abordagem.

O sexto capítulo, “O uso de fontes audiovisuais no ensino de História Antiga”, discute uma das ferramentas mais ubíquas e complicadas para o ensino de história: o filme de conteúdo histórico. Farias Jr. enfatiza que filmes retratando o mundo antigo já fazem parte do conhecimento prévio que os estudantes levam à sala de aula sobre a Antiguidade, o que torna uma abordagem problematizadora em sala de aula fundamental. Ele propõe então uma metodologia dividida em três etapas (produção de ficha técnica; análise interna; e análise externa) com o intuito de promover uma

reflexão crítica dos estudantes sobre essa produção cinematográfica, tornando-os capazes de pensar sobre como essas representações da antiguidade dizem respeito a formas de apropriação modernas sobre o mundo antigo, e não uma descrição deste.

O curto sétimo capítulo, “Desafios para o ensino de História Antiga no Brasil”, e a conclusão do livro fazem uma rápida reflexão sobre as principais questões para o ensino da História Antiga na educação básica brasileira hoje. Farias Jr. enfatiza o quanto o “estudo do passado permite problematizar nossas experiências cotidianas, amplia a compreensão das experiências culturais a que estamos submetidos e, principalmente, contribui para desnaturalizar formas de agir e pensar” (p.151). Daí ele passa, então, a apontar como o estudo da História Antiga pode contribuir com isso.

Por ser um livro produzido majoritariamente a partir da revisão e reformulação de artigos previamente publicados, a obra de Farias Jr. assume em algum nível um caráter caleidoscópico que pode fazer o leitor sentir falta de uma linha mestra mais clara que se desenvolva ao longo de toda a obra. Talvez o momento em que isso fique mais claro seja na ausência da continuação do histórico da trajetória do ensino de História Antiga na educação formal brasileira ao longo do século XX. Contudo, a obra encontra coerência em suas duas subdivisões. Os dois primeiros capítulos fazem um histórico dessa trajetória que, apesar de interrompido ainda no século XIX, é extremamente informativo e explicativo. Os quatro capítulos seguintes exploram temas centrais para propostas de abordagens e metodologias de ensino de História Antiga na educação básica, colocando em diálogo a bibliografia específica de história antiga e estudos sobre ensino de História e ainda propondo caminhos práticos concretos.

Sem sombras de dúvidas a obra de Farias Jr. é um dos mais interessantes e importantes resultados daquele crescimento do interesse pelo ensino de História gerado no campo da História Antiga pelo impacto da primeira versão do componente História da BNCC. A permanência dos temas deste campo na versão final do documento não pode fazer esmorecer esse interesse – pelo contrário, torna ainda mais necessária a reflexão contínua, ainda mais considerando o quanto o documento final mantém a História Antiga na educação básica dentro de formas muito tradicionais. E dentro desse esforço de reflexão crítica sobre o ensino de História Antiga na educação básica, o livro de Farias Jr. se torna incontornável.

Referências bibliográficas

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 6, n. 1, 2021.1 p. 351-355.
DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13804

BARNABÉ, L. E.. *A História Antiga em compêndios franceses e brasileiros no Imperial Colégio de Pedro II ou o caso Justiniano José da Rocha: História, disciplina escolar e impressos (1820-1865)*. Tese de Doutorado. Assis: UNESP, 2019a.

BARNABÉ, L. E. *A história universal entre a escrita da história e a travessia atlântica: Produção e circulação de compêndios escolares franceses e brasileiros (1820-1855)*. *Esboços: histórias em contextos globais*, v.26, n.43, 2019b, p.506-528.

FUNARI, P. P. (2012). *A renovação do ensino de História Antiga*. In: L. Karnal (Org.), *História na sala de aula*. São Paulo: Contexto.

GUARINELLO, N. L. *Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga*. *Politeia: História e Sociedade*, v.3, 2003.

MOERBECK, G. *História Antiga no ensino fundamental: Um estudo sobre a os mitos gregos antigos e a consciência histórica*. *Revista História Hoje*, v.7, n.13, 2018, p.225-247.

MOERBECK, G. *Em defesa do ensino da História Antiga nas escolas contemporâneas: Base Nacional Curricular Comum, usos do passado e pedagogia decolonial*. *Brathair - Revista de estudos celtas e germânicos*, 21, 2021.